

A GRAMMÁTICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA (LISBOA, 1536) DE FERNÃO DE OLIVEIRA (1507-1581) E A LINGUÍSTICA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Gonçalo Fernandes

(Centro de Estudos em Letras, Academia Brasileira de Filologia)

Fernão de Oliveira, “figura muito interessante do século XVI, inteligente, aventureiro, irrequieto” (Vasconcelos 1959: 27), “exímio cultor do português do seu tempo, conhecedor das letras sagradas e profanas (...), pensador, erudito e sábio, latinista, renovador da retórica de Quintiliano” (Assunção 1997: 42), “representante dum aventureirismo cultural e, de certo modo, contestatário, feito de intuição e indisciplina, com alguns toques de génio” (Buescu 1983: 15), terá nascido em Aveiro em 1507.

Com treze anos de idade, ingressa na ordem dos Dominicanos, onde, durante a década de 1520, tendo sido discípulo de André de Resende, adquiriu uma “formação moral e humanista, de que a comunidade se orgulhava” (Passos 1994: 18). Em 1532, Frei Fernão de Oliveira abandona o mosteiro de S. Domingos de Évora e foge para Castela.

Nesses tempos de que não há verdadeira memória, Oliveira terá experimentado o convívio de letrados, para quem o humanismo se tornara uma bandeira de entusiástica paixão (...). Em Espanha, (...) Oliveira vivenciou, pela primeira vez, o gosto pelo culto do idioma pátrio. Foi aí que admirou a Gramática de la Lengua Castellana de E. A. Nebrija (*Ibidem*: 32).

Teresa Passos admite a hipótese de Fernão de Oliveira, na sua estada em terras espanholas, ter contactado pessoalmente com o gramático andaluz (Cfr. *Ibidem*), mas essa hipótese não se verifica, pois Nebrija faleceu em 2 de Julho de 1522 — quando Oliveira teria apenas 15 anos de idade —, dez anos antes de Oliveira se ter deslocado a Espanha.

Abandonado o hábito, Oliveira não renega a sua componente religiosa-eclesiástica e pede a Paulo III (1534-1549) a separação dos votos de S. Domingos e a sua entrada na hierarquia eclesial secular. O (agora) Padre Fernão de Oliveira regressa a Portugal, certamente entre 1534 e 1535, e dedicou-se ao ensino da gramática portuguesa e latina aos filhos de João de Barros, do Barão de Alvito e a D. Fernando de

Almada, a quem dedica a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, saída dos prelos de Germano Galhardo, em Lisboa, em 1536.

Em 1540 ou 1541, parte para o Vaticano, com a incumbência de missão régia a respeito dos cristãos novos, mas acaba prisioneiro pelas galés francesas entre Barcelona e Génova. Regressa à pátria em 1543 na companhia do Núncio da Santa Sé em Portugal Luís Lippomano (1542-1544). Em 1545, incorporado numa armada francesa, é feito prisioneiro de Inglaterra no Canal da Mancha, chegando a frequentar a corte dos reis ingleses, Henrique VIII e Eduardo VII, que motivou, em 1547, a sua prisão nos cárceres da Inquisição durante quatro anos. Saiu em liberdade em 1551 e, no ano seguinte, participa, na qualidade de capelão real, numa expedição ao norte de África, acabando, uma vez mais, por ser preso. Um ano depois (1553), consegue vir a Lisboa negociar a libertação dos seus compatriotas. Em 1554, D. João III (1521-1557) nomeia-o revisor tipográfico da Universidade de Coimbra, lecionando também retórica. Em 1555 publica a *Arte da Guerra do Mar*, saída dos prelos de João Alvarez, na cidade de Coimbra. Em 1557 volta a ser preso pela Inquisição. Fernão de Oliveira deve ter falecido em 1581, em Pedrógão, segundo Ferreira Deusdado (1995: 282), pondo fim

ao seu trabalho nunca recompensado. Como Camões morreria, à beira da miséria; como Camões morria quando a pátria sucumbia, mais por incúria dos seus do que por merecimento do estrangeiro (Passos 1994: 89).

2. A *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (Lisboa 1536)

A *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* (Lisboa 1536) foi a primeira gramática do Português e a terceira a ser publicada de uma língua romance em toda a Europa, depois da *Grammatica de la Lengua Castellana* de Nebrija, em 1492, e da *Grammatica* de Gian Giorgio Trissino, em 1529. Há, contudo, quem sustente que a obra de Oliveira não é uma verdadeira gramática do Português (Cfr., v.g., Kemmler 1996: 19 e Buescu 1971: LXXVI-LXXIX), porque é insuficientemente sistematizada, não seguindo os modelos latinos habituais, e o próprio autor exprime, no cólofon e no cabeçalho da dedicatória, tratar-se apenas da “primeira anotação (...) da Lingua Portuguesa” (Oliveira 2000: 81 e 155).

Contudo, não nos parece que qualquer desses argumentos seja válido, porque, efetivamente, apesar de ser pouco sistematizada, não apresentar quaisquer definições, não analisar todas as partes do discurso — embora, como veremos, aceite as “tradicionais” oito —, não atribuir quase nenhuma importância à sintaxe, e remeter esses assuntos para uma outra obra mais especializada a publicar posteriormente, parece-nos que, de fato, se trata de uma gramática, por um lado, descritiva e, por outro, normativa, pois apresenta, com grande acuidade e perspicácia, a fonética do Português da época, elabora uma teoria de composição e derivação das palavras da língua portuguesa e dita algumas normas ortográficas que os leitores devem seguir. Por outro lado, se

é o próprio autor a ser humilde e a referir que se trata de uma simples anotação da língua, também não é menos verdade que ele, em várias passagens, diz que esta sua obra é uma “grammatica”, uma “arte” e ainda uma “arte de grammatica”:

Esta arte de grammatica em todas as suas partes (...) é resguardo e anotação desse costume e uso (*Ibidem*: 138);

A arte nos pode ensinar a falar melhor, ainda que não de novo; ensina aos que não sabiam e aos que sabiam ajuda (*Ibidem*);

As declinações naturaes são mais sojeitas às regras e leis de cujo mandado se rege esta arte. As regras ou leis que digo são (...) anotações de bo costume (*Ibidem*: 139);

Do intento desta parte da grammatica que agora tratamos não é mais que só dar noticia das vozes, e não difinições ou determinadas declarações das cousas (*Ibidem*: 145);

Nesta obra (...) não fazemos mais que apontar os principios da grammatica que temos na nossa lingua (*Ibidem*: 152).

Com esta obra,

Fernão de Oliveira, não obstante as suas tergiversações como homem, ganhou jus à imortalidade, que lhe outorgou sem favor a língua portuguesa como ao primeiro que ousou objectivar-lhe as estruturas, delinear-lhe o corpo orgânico, captar-lhe o fôlego e o espírito, propô-la como modelo de aprendizagem e de estudo contra o predomínio da latina e da castelhana (Torres e Assunção 2000: 26).

Nas palavras de Eugenio Coseriu,

Oliveira (...) supera de longe tudo o que, pelo menos até hoje, conhecemos nesse campo [fonética empírica] em toda a România. Através da sua clara intuição da funcionalidade linguística e da distinção, aplicada frequentemente também na descrição concreta, entre os esquemas funcionais da língua, esquemas às vezes só virtuais (‘sistema da língua’) e a sua realização (‘norma da língua’), ele antecede o seu tempo na descrição linguística em geral e apresenta-se como um dos gramáticos mais originais de toda a Renascença (Coseriu 2000: 31).

A *Grammatica* de Fernão de Oliveira visa fundamentalmente estabelecer os princípios normativos da língua portuguesa, especialmente no respeitante à ortoépia. Está dividida em capítulos, cinquenta no total, com exclusão da dedicatória – prefácio, onde se patenteia o objetivo fundamental do autor, que se centra na descrição fonética da língua portuguesa em contraste / oposição com a castelhana e latina. Pre-

tende ainda fornecer uma história do vocabulário português e afirmar a autonomia da língua lusa, quer em relação ao Latim quer ao Castelhana. De acordo com Leite de Vasconcelos,

este período da história da nossa Filologia pode caracterizar-se pelo seguinte: preocupação, nos gramáticos, da semelhança da gramática latina com a portuguesa, ao que eram levados por influência dos humanistas da época do Renascimento, e como consequência inevitável do ensino nos séculos precedentes exclusivamente baseado no latim; disciplina e autoridade gramaticais; o estudo cada vez mais profundo da lexicologia; e sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa em face das outras, principalmente da castelhana, sua concorrente temível (Vasconcelos 1929: 82).

Ora, também neste aspecto, Oliveira inovou consideravelmente, pois procurou que a gramática portuguesa não ficasse *ancilla artis latinae*, mas, a partir dela, a língua portuguesa se autonomizasse e se superiorizasse mesmo à latina, e não somente à castelhana.

Em resumo, pretende Oliveira

em dizer não tudo, mas apontar algúas partes necessareas da ortografia, acento, etimologia e analogia da nossa linguagem, em comum e particularizando nada em cada dição (Oliveira 2000: 82).

Dos restantes capítulos, o gramático beirão dedica vinte e quatro à fonética e ortografia (VI-XXIX), treze à lexicologia (XXX-XLII), seis à morfologia (XLIII-XLVIII) e apenas um à sintaxe ou construção (XLIX). No último capítulo (L), em posfácio, Oliveira reflete sobre a novidade da obra e a sua escusa a críticas não fundamentadas, pois, nas suas palavras, não teve outro exemplo antes e não a escreveu com malícia, podendo esta ser emendada se assim o considerarem (Cfr. *Ibidem*:154).

Nos capítulos I a V da *Grammatica* consta uma parte ainda introdutória, onde Oliveira apresenta a noção de linguagem,

que é figura de entendimento: e assi é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração e não outra cousa; (...) porque se as obras são prova do homem (...) e as palavras são imagem das obras (...), cada hum fala como quem é: os bos falam virtudes e os maliciosos maldades (*Ibidem*: 83).

Apresenta também o seu conceito de gramática, que, para o humanista beirão quinhentista, “é arte que ensina a bem ler e falar” (*Ibidem*: 87). Este juízo assinala fundamentalmente os objetivos subjacentes à elaboração da gramática. Por um lado, esta deve ser didática, pois a sua finalidade principal é “ensinar”, e o conteúdo desses conhecimentos / ensinamentos deve ser a norma fonética ou a ortoépia, pois o aluno deve ser capaz de “ler bem” e “falar bem”. Esta é, na essência, a ruptura epistemoló-

gica mais saliente na *Grammatica* de Oliveira, pois este não faz qualquer referência à escrita, como era habitual na época e em toda a tradição gramatical. E, para o humanista beirão, a primeira parte da gramática deve ser tripartida:

A primeira partição que fazemos em qualquer lingua e sua grammatica seja esta em estas três partes: *letras, sillabas e vozes*, que também ha nossa de Portugal com suas considerações conformes à propria melodia (*Ibidem*: 89).

Ainda nesta parte introdutória, Fernão de Oliveira faz diversas referências às origens da nacionalidade portuguesa, defendendo a sua primazia face a Espanha, como, quando afirma, “a antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal” (*Ibidem*: 84), e reflete sobre a origem e evolução de palavras como “Portugal” e “Lisboa”, mas que hoje não têm qualquer sustentação científica.

No entanto, no capítulo IV, como grande humanista, defende a cultura e o conhecimento, associando-os ao progresso de um país, e propõe uma auto-estima linguística, isto é, que cada um ame a sua própria língua, porque esta patenteia a população que a fala:

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favores aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a gloria da terra em que florecem, porque Grecia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a elles sojeitas aprender suas linguas, e em ellas escreviam muito boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par’ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo-nos do nosso.

Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua, e não a lingua os homens (*Ibidem*: 86).

E também sustenta que

não trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes (*Ibidem*: 89).

2.1. A Fonética

Nos vinte e quatro capítulos seguintes, isto é, entre o VI e o XXIX, Oliveira analisa a fonética portuguesa do século XVI, onde apresenta a definição de “letra” e classificação dos sons do Português, a ortografia, a especificidade da fonética portuguesa em oposição à latina, a classificação das vogais e consoantes, os ditongos e a

prosódia portuguesa. Assim, “letra”, para Oliveira, é sinônimo de fone ou, eventualmente, fonema; “sinal” e “figura” equivalem a grafema (Cfr. *Ibidem*: 89), não havendo assim confusão entre os dois conceitos, como acontecia, por exemplo, em Nebrija. Defende o gramático quinhentista que o Português tinha um número diferente de fonemas que o Latim e o Castelhana, pois,

Nós com os castelhanos que somos mais vezinhos concorremos muitas vezes em hũas mesmas vozes e letras. E contudo não tanto que não fique alghũa particularidade a cada hum por si: hũa só voz e com as mesmas letras, e a nós e aos castelhanos guerra e papel. E, no pronunciar, quem não sentirá a diferença que temos, porque elles escondem-se e nós abrimos mais a boca? (*Ibidem*: 91).

Para chegar à conclusão da função distintiva dos “fonemas”, Oliveira usou o método da comutação, já anteriormente experimentado por Nebrija e somente sistematizado pelo Círculo Linguístico de Praga, que criou, em 1926, a Fonologia. Oliveira é bem claro na seguinte passagem:

Só mudar hũa letra, hum acento ou som, e mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena ou de pequena a grande, e assi também de hũa consoante dobrada em singela ou, ao contrairo, de singela em dobrada, faz ou desfaz muito no significado da lingua (*Ibidem*: 94).

2.1.1. As Vogais

Os fonemas ou, na sua terminologia, as “letras” dividem-se em vogais e consoantes (Cfr. *Ibidem*: 89). Dentre as primeiras, distinguem-se oito fonemas diferentes. Ao contrário de Nebrija na *Gramática de la Lengua Castellana*, Fernão de Oliveira distingue entre vogais abertas (“grandes”) e fechadas (“pequenas”), à exceção da vogal palatal e velar. Assim, para o gramático luso, o Português do século XVI tinha os oito seguintes fonemas vocálicos: /a/, /α/, /ε/, /e/, /ɔ/, /o/, /i/ e /u/. É interessante ainda o fato de Oliveira apresentar apenas exemplos tônicos para demonstrar esta teoria, como *Almada*, *Alemanha*, *festa*, *festo*, *fermosos* e *fermoso*, e uma proposta de grafia diferente da habitual, muito próxima da da *International Phonetics Association*, ainda que, para Buescu, o uso dos caracteres gregos se deva, primeiramente, a Gian Giorgio Trissino (1478-1550) e, mais tarde, a Leonardo Salviati (1540-1589) em quem Oliveira se terá baseado (Cfr. Buescu: 1971: LXI-LXII; Cfr. tb. *Idem*: 1975: 24-27).

Com efeito, para Oliveira,

temos oito vogaes na nossa lingua, mas não temos mais de cinco figuras (...). O remedio que eu a isto posso dar é este: que nas vogaes grandes dobremos as letras, mas de tal feição que o dobrar dellas se faça em hum mesmo lugar e figura — o a nesta forma α, e e nesta ε, e o também nestoutra ω; e os pequenos nas formas acostumadas (Oliveira 2000: 9192).

Para uma melhor visualização, poderíamos traçar o seguinte quadro, com a nomenclatura usada por Oliveira, a descrição do grafema proposto, a correspondência fonológica atual e o exemplo apresentado pelo gramático quinhentista:

Nome do som	Grafema Proposto Por Oliveira	Fonema Atual	Exemplo
a grande	< a >	/ a /	<i>Almada</i>
a pequeno	< α >	/ α /	<i>Alemanha</i>
e grande	< ε >	/ ε /	<i>Festa</i>
e pequeno	< e >	/ e /	<i>Festo</i>
o grande	< ω >	/ ω /	<i>Fermosas</i>
o pequeno	< o >	/ o /	<i>Fermoso</i>

A precocidade ou o pioneirismo de Oliveira nesta análise fonético-grafêmica pode, por exemplo, constatar-se comparando o seu quadro (pré-) teórico com a(s) perspectiva(s) de alguns fonólogos atuais. Com efeito, presentemente, alguns fonólogos — e nem todos — apenas adicionam o fonema /ə/ em posição pós-tônica (Cfr. Mateus 1996: 172). Quanto ao vocalismo tônico ou acentuado, Morais Barbosa, por exemplo, refere os mesmos que Oliveira (Cfr. Barbosa 1983: 51).

Fernão de Oliveira diferencia também as vogais nasais e, nesse caso, apenas considera cinco fonemas (tônicos): /ã/, /ẽ/, /ĩ/, /õ/ e /ũ/, como propõe, hoje, Mira Mateus, por exemplo (Cfr. Mateus 1996: 175). Com efeito, para Oliveira,

[as vogais] mudam a voz porque não é a mesma voz *vila* e *vilã*; mas o til que lhe posemos muda a qualidade do **a** de clara voz em escura e mete-o mais pellos narizes. Outro tanto nas outras vogas como **e** e **ẽ**, **i** e **ĩ**, **o** e **õ**, **u** e **ũ**, onde o til faz alghũa cousa e tem poder alghum (Oliveira 2000: 101).

Contudo,

é importante assinalar que esta caracterização da vogal nasal como som vocálico simples representa uma notável contribuição de Oliveira, pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas como tais na România (e talvez seja a primeira vez em geral) (Coseriu 2000: 37-38).

2.1.2. Os Ditongos

Embora compreendendo ainda as vogais, Oliveira identifica dez ditongos orais (todos decrescentes) e, pelo menos, três ditongos nasais decrescentes. Todos eles são tônicos e não conseguimos perceber a diferença entre o ditongo “oe”, de que dá o exemplo “soe”, e “oi”, que exemplifica com “boi”, bem como entre “ãe”, de “pães”, e “ãy” de “mãy”. Parece-nos tratar-se dos ditongos [oj] e [õj], respectivamente, mas escapam-nos algumas características da fonética quinhentista.

Efetivamente, para Oliveira, o Português do século XVI tinha os seguintes ditongos orais: [aj], [aw], [αj] (ou, talvez, [ej]), [ew], [εw], [iw], [oj], [õj], [ow] e [uj]; e

os ditongos nasais: [ã̃], [õ̃w] e [õ̃j], ficando apenas a faltar o ditongo nasal atual [ũ̃j], da primeira sílaba da lexia “muito”, ainda que não seja certo este ditongo já ter adquirido a nasalidade na primeira metade do século XVI, pois nessa época a maioria dos textos registra já a forma reduzida “mui”, como se vê ao longo da *Grammatica*, ainda que, nesta mesma obra, também apareça a forma extensa “muito”. Oliveira ainda constata que nos ditongos nasais o til, isto é, a nasalidade, soa nos dois fonemas vocálicos, como hoje está demonstrado pelos foneticistas:

Nós aqui vemos e sentimos com as orelhas que soa ali hum til sobre ambas as letras vogaes do ditongo, como *escrivão*, *escrivães*, o qual com a boca e beiços mui soltos também soa na mesma forma em todas as sillabas em cujos cabos nós escrevemos **m** ou **n** (Oliveira 2000: 106).

Em síntese,

os ditongos que eu achei antre nos portugueses são estes: **ae**, como *tomae*; **ãe**, como *pães*; **ao**, como *pao*; **ão**, como *pão*; **ãy**, como *mãy*; **ei**, como *tomei*; **eo**, como *ceo*; **eo**, como *Deos*; **eu**, como *meu*; **oi**, como *fugio*; **oe**, como *soe*; **oi**, como *caracois*; **õe**, como *põe*; **oi**, como *boi*; **ou**, como *dou*; **ui**, como *fui* (*Ibidem*: 105).

2.1.3. As Consoantes

No respeitante ao sistema consonântico, o gramático beirão quinhentista apresenta *mutatis mutandis* o número de vinte e quatro, o que perfaz um sistema alfabético de trinta e dois fonemas, incluindo as oito vogais orais. O seu sistema consonântico é constituído desta forma: quatro consoantes semivogais: “l, r, s, z”; onze consoantes mudas: “b, c, d, f, g, m, n, p, q, t, x”; e as restantes nove consoantes, a que não atribui qualquer designação: “ç, j, rr, ss, v, y, ch, lh, nh,” (*Ibidem*: 92-93).

Por consoantes semivogais entende as que

podem estar em fim das vozes como as vogaes. E portanto se chamam semivogaes, que quer dizer quasi vogaes (*Ibidem*: 92),

ou seja, para Oliveira, só o /l/, /r/, /s/ e /z/ podem estar na coda, fechando, deste modo, a sílaba. Quanto aos grafemas <m> e <n> em posição final de sílaba, Oliveira diz que não são propriamente consoantes semivogais e devem ser substituídas por um til (*Ibidem*: 92-93). Com efeito, os fonólogos atuais referem, por exemplo, que,

em Português, em posição final de sílaba e de palavra, só ocorrem /l/, /r/ e /s/ (e /n/ em casos raros como *himen* ou *hifen*) (Mateus 1996: 177).

Por consoantes mudas entende Oliveira aquelas “cujo nome é bem claro, não podem dar cabo às vozes” (Oliveira 2000: 92) e “em si não têm voz alghũa nem officio ou lugar que lha dê” (*Ibidem*: 93). Dentre estas não considera o grafema <k> “porque

sem duvida elle antre nós não faz nada, nem eu nunca vi em escritura de Portugal esta letra **k** escrita” (*Ibidem*), o mesmo acontecendo com os dígrafos “ph” e “ps”, porquanto “nunca as ouvimos na nossa linguagem, nem nas havemos mester” (*Ibidem*).

Fernão de Oliveira faz também uma descrição articulatória, quer das vogais quer das consoantes do Português e, segundo Coseriu, trata-se da

primeira descrição articulatória sistemática e completa do sistema de consoantes de uma língua românica (...). É de longe não só a melhor da sua época mas também a melhor por longo tempo após o aparecimento da sua Gramática (Coseriu 2000: 40).

O sistema vocálico, como vimos, é constituído por oito fonemas orais e é descrito por Oliveira do seguinte modo: o /a/ pronuncia-se “com a boca mais aberta que das outras vogaes e toda a boca igual”; o /a/, “com a mesma forma de boca, senão quanto traz mais espirito”; ao pronunciar o /e/, a “voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes”; o /ε/ “não tem outra diferença da força de e pequeno, senão quando enforma mais seu espirito”; o /i/ “pronuncia-se com os dentes quasi fechados e os beiços assi abertos como no e, e a lingua apertada com as gengibas de baixo e o espirito lançado com mais impeto”; a prolação do /o/ “faz isso mesmo a boca redonda dentro e os beiços encolhidos em redondo”; o /ɔ/ “tem a mesma pronunção com mais força e espirito”; e, por último, o /u/ “aperta as queixadas e prega os beiços, não deixando antr’elles mais que só hum canudo por onde sae hum som escuro, o qual é a sua voz” (Oliveira 2000: 95).

Nesta exposição, para além dos pormenores dos pontos de articulação das vogais, que, sem qualquer aparelho moderno, se torna muito difícil analisar, é interessante o fato de Oliveira, intuitivamente, graças ao seu apurado sentido de análise, começar pelas vogais centrais, tratar, de seguida, as vogais palatais e, por último, as velares, constituindo, deste modo, o triângulo vocálico invertido atual.

O sistema consonântico, ao contrário do que fez anteriormente ao não considerar o grafema <h>, é agora constituído por vinte e cinco fonemas, apesar de, posteriormente, o voltar a retirar (Cfr. *Ibidem*: 99), e é descrito por Oliveira do seguinte modo (*Ibidem*: 96-99): o /b/ “pronuncia-se (...) antr’os beiços apertados, lançando para fora o bafo com impeto e quasi com baba”; o /k/ “pronuncia-se dobrando a lingua sobre os dentes queixaes, fazendo hum certo lombo no meio della diante do papo, quasi chegando com esse lombo da lingua ò ceo da boca e empedindo o espirito, o qual por força faça apartar a lingua e faces e quebre nos beiços com impeto”; a prolação do /d/ “deita a lingua dos dentes de cima com hum pouco de espirito”; a do /f/ “fecha os dentes de cima sobre o beiço de baixo e (...) assopra”; a pronunção do /g/ “é como a do **c**, com menos força do espirito”; o <h>, “se é letra consoante, (...) ha mester propria força (...). Nós, portugueses, não lhe damos mais que hum pouco de espirito, o qual esforça mais as vogaes com que se mestura (...). Mas antre nós eu não vejo alghũa vogal aspirada, se não é nestas interjeições *uha* e *aha* e nestoutras de riso *ha-*

ha, he”; a pronúncia do /ʒ/ “é semelhante à do *xi*, com menos força”; a do /l/ “lamba as gengibas de cima com as costas da lingua achegando as bordas della òs dentes queixaes”; a do /m/ “muge antre os beiços apertados apanhando para dentro”; a do /n/ tine (...) tocando com a ponta da lingua as gengibas de cima”; a do /p/ “he a mesma que do **b**, senão que traz mais espirito”; o /r/ pronuncia-se “com a lingua pegada nos dentes queixaes de cima e sae o bafó tremendo na ponta da lingua; a pronúncia do /R/ (ápico-alveolar) “é a mesma que a do **r** singelo, senão que este dobrado arranha mais as gengibas de cima e o singelo não treme tanto”; quando pronunciamos o /s/ “alevntamos a ponta da lingua pera o ceo da boca e o espirito assovia pellas ilhargas da lingua”; o <ss> “dobrado pronuncia-se como o outro, pregando mais a lingua no ceo da boca”; a prolação do /v/ “é como a do **f** mas com menos espirito”; o /ʃ/ “pronuncia-se com as queixadas apertadas no meio da boca, os dentes juntos, a lingua ancha dentro na boca e o espirito ferve na humidade da lingua”; o /z/ “zine antr’os dentes cerrados, com a lingua chegada a elles apartados hum do outro”.

É, em síntese, esta a descrição articulatória do sistema consonântico proposto por Fernão de Oliveira, com apenas a ausência das consoantes palatais /ɲ/ e /j/, a que correspondem os dígrafos <lh> e <nh>, respectivamente, que não ficaram esquecidas pelo gramático português quinhentista, porquanto, juntamente com <ch>, assinala a falta de uma figura própria para as representar, uma vez que qualquer um dos dígrafos apenas expressa um fonema:

Das consoantes temos três aspiradas para as quaes, posto que não temos proprias figuras mais que só aspiração com ellas mesturada, todavia as vozes são bem assinadas por si e diferentes das outras não aspiradas. São estas as letras **ch, lh, nh** (*Ibidem*: 98-99).

Oliveira também analisa questões relacionadas com a fonotática, isto é, com o estudo das sequências possíveis e da sua distribuição na palavra. Já havia referido as consoantes “em que as nossas sillabas podem acabar”, porque “das vogaes qualquer dellas pode dar cabo às sillabas” (*Ibidem*: 106). Para Oliveira,

as nossas vozes acabam sempre em voz perfeita e desempedida, o que não consistem as letras mudas, mas ao contraíro atam a boca e cortam as dições, que é proprio de mudos e grosseiros (*Ibidem*).

Assim, lembra, agora exemplificadamente, as consoantes que podem terminar as sílabas das palavras portuguesas, “**l, r, s e z**”, que denominou “semivogaes ou quasi vogaes”, e anota os ditongos, com ou sem til, seguidos ou não de -s, como

peitoral, papel, barril, caracol, azul; (...) lagar, comer, dormir, senhor, Artur; (...) entrás, revés, dormis, retrós; (...) cabaz, pez, juiz, arroz, alcatruz (...), tabalião, esreveis, cidadãos, capitães, lições (*Ibidem*: 107).

Relativamente à ordem das “letras na sillaba”, o gramático aveirense refere que qualquer sílaba é constituída por “todas as letras que soam em hũa só voz” (*Ibidem*), sendo sempre a vogal a determiná-la e podendo esta ser antecedida por qualquer consoante. As sílabas podiam ser constituídas por uma “letra”, como “era”, por duas, como “cana”, por três, como “trazer”, e por quatro, como “frasco” (*Ibidem*). No respeitante ao início das palavras, Oliveira diz que

as nossas sillabas nunca se começam em duas letras de diversa natureza, como *sperança*; mas sempre lhe daremos nos começos das taes vozes hũa vogal que soe co’a primeira letra, como *esperança*, *estrado* (*Ibidem*: 107-108).

2.2. A Lexicologia

Nos capítulos XXX a XLVIII Fernão de Oliveira apresenta a lexicologia (etimologia e a formação das palavras por derivação e composição) e a morfologia ou partes do discurso. Oliveira chamou a esta parte “dição”, que, segundo ele próprio, os gregos haviam denominado “etimologia”.

Oliveira apresenta (...) um esboço de lexicologia e, neste esboço, uma teoria da composição das palavras que constituem o primeiro — e em certo sentido o único — esboço desse tipo e a primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da linguística românica (Coseriu 2000: 45).

O gramático português quinhentista, apesar de não estabelecer explicitamente o número das classes de palavras ou das partes da oração — como era habitual denominar na época —, aceita as oito “tradicionalistas” da gramática latina, ao contrário, por exemplo, de Nebrija na *Grammatica de la Lengua Castellana*, que dividiu em dez categorias, o que — com o tratamento da consoante lateral dupla < ll >, que representava o fonema /ʎ/, entre outras diferenças — nos leva a supor que Oliveira não conheceu a referida obra do gramático salmantino, mas apenas as *Introductiones Latinae* — talvez a edição bilígue Latim-Castelhano, dedicada à rainha Isabel de Castela e intitulada *Introducciones Latinas, contrapuesto el Romance al Latín* (Salamanca 1486), ou a reimpressão posterior, publicada em Zamora, em 1492, ou, com mais probabilidade ainda, uma edição mais recente para Oliveira, só em Latim, a última a ser revista pelo autor e publicada no ano seguinte à sua morte (Alcalá 1523), de que existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa (Res. 2348 A.) —.

Com efeito, para Fernão de Oliveira, a língua portuguesa é constituída por oito partes da oração ou “dições”: nome, verbo, artigo [fol. 31 r. - fol. 32 r.: pp. 140-143], pronome [fol. 35 r. - fol. 35 v.: pp. 149-150], advérbio [fol. 23 v.: pág. 126; fol. 30 v.: pág. 140], conjunção [fol. 22 v.: pág. 124], preposição [fol. 22 v.: pág. 124], e interjeição [fol. 9 v.: pág. 98]. O nome é subdividido em substantivo (comum e próprio, diminutivo e aumentativo, verbal e denotativo) e adjectivo, e o verbo, em pessoal e impessoal [fol. 28 r.: pág. 134].

As “dições” ou palavras da língua portuguesa são agrupadas por Oliveira em 12 categorias diferentes, divididas em cinco alíneas, de acordo com o mesmo número de critérios. Com efeito, para Fernão de Oliveira, as “dições” podem ser: nossas (primitivas), alheias (estrangeirismos adaptados) ou comuns (palavras usadas em várias línguas); apartadas (simples) ou juntas (compostas); velhas (arcaísmos), novas (neologismos) ou usadas (correntes); próprias (não metafóricas) ou mudadas (metafóricas); e primeiras (primárias) ou tiradas (derivadas) (*Ibidem*: 118).

Relativamente ao primeiro critério, que se pode considerar sincrónico, pois parte da observação de um dado momento da língua (séc. XVI), ainda que etimológico e comparativo, Oliveira classifica as palavras ou “dições” como “nossas”, “alheias” e “comuns”. As palavras primitivas ou, segundo as suas palavras, “as nossas dições são aquellas que naceram antre nós ou são já tão antigas que não sabemos se vieram de fora” (*Ibidem*: 119).

Os estrangeirismos ou “dições alheas são aquellas que doutras linguas trazemos à nossa por alghũa necessidade de costume, trato, arte ou cousa alghũa novamente trazida à terra. O costume novo traz à terra novos vocabolos” (*Ibidem*: 121), como as descobertas marítimas, por exemplo, que transportaram objectos e hábitos desconhecidos dos portugueses de então e que houve necessidade de adaptar à nossa língua, mas os

aldeãos não sabem as falas da corte e os sapateiros não são entendidos na arte de marear, nem os lavradores d’Antre-Douraminho entendem as novas vozes que est’ano vieram de Tunez com suas gorras (*Ibidem*: 122).

Para Oliveira, ainda há palavras que vieram de outras culturas ou povos e actualmente (séc. XVI) são (parcialmente) usadas em várias línguas, não sendo, todavia, possível determinar, muitas vezes, com exactidão a sua origem, pois sempre houve empréstimos vocabulares entre as civilizações e a sua origem perdeu-se no tempo, como (o prefixo-artigo “al-” de) as palavras de origem árabe ou “mourisca”, como ele referiu, “*alfaiate, almoxarife, alguidar, almocreve*” (*Ibidem*: 123). A este grupo de palavras Oliveira chamou “dições comuns”, porque

em muitas linguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hũa lingua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual lingua se mudaram, porque assi as podiam tomar as outras linguas da nossa como a nossa dellas (*Ibidem*).

O segundo critério, que leva Oliveira a classificar as palavras em “apartadas” ou “juntas”, é dos mais importantes nesta parte da Gramática, pois revela uma teoria original de composição e de derivação lexicais e, de acordo com as palavras já citadas de Coseriu, trata-se da “primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da linguística românica”.

Há, contudo, em Oliveira uma confusão entre palavras compostas e derivadas, pois, de acordo com o que hoje é aceite pelos linguistas, a composição consiste em “formar uma nova palavra a partir de duas palavras (*ama-seca, mestre-escola*) ou de um radical e uma palavra (*ortografia, bibliografia*), por exemplo” (Azuaga 1996: 241), e a derivação é o processo morfológico que promove a formação de novas palavras da língua a partir de uma palavra primitiva, “mediante o acréscimo ao seu radical de um prefixo ou um sufixo” (Cunha & Cintra 1987: 82), como defumar (< fumo), marinha (< mar), renovar (< novo), pedreiro (< pedra), por exemplo. No entanto, a nomenclatura de Oliveira é sumamente elucidativa e interessante, pois, ao classificar as palavras derivadas (na sua perspectiva, compostas) como “juntas”, está, intuitiva é pré-teoreticamente, a classificar os morfemas — parece-nos — como presos (derivacionais) e não como morfemas livres (Cfr. Carvalho 1984: 473-477).

Com efeito, para Fernão de Oliveira, as palavras ou são simples (“apartadas”) ou compostas (“juntas”). As simples

a que os latinos chamam simprezes ou singelas são aquellas cujas partes não podem ser dições inteiras, mas dividem-se somente em sillabas e letras; ou também não se podem dividir quando não têm mais que hũa só letra (Oliveira 2000: 124),

ou seja, para Oliveira, as palavras simples são aquelas que, apesar de se poderem decompor em sílabas, não são decomponíveis em outras “dições” e não constituem quaisquer palavras da língua, como “dou”, “andamos” e “fazer”, por exemplo. A este argumento pessoal, Oliveira confronta o exemplo “amariamos” que, apesar de poder ser decomposto nas partes “ama” (verbo no imperativo / indicativo do verbo amar e / ou substantivo: “nome de mulher que cria”) e “riamos” (verbo “rir” no pretérito imperfeito do indicativo), é uma palavra “singela”, porque os elementos que a constituem, isolados, têm um significado diferente e, portanto, na sua perspectiva, são indecomponíveis (Cfr. *Ibidem*: 124).

Para determinar a composição (derivação por prefixação), Oliveira faz a demonstração, mais uma vez com base em pares mínimos, sendo os elementos que se alteram os “morfemas”:

E composição não ha hi que duvidar della, posto que se perca esta letra **a** do começo do premeiro *acertar* quando lhe ajuntamos esta parte **com** no começo, dizendo *concertar*, porque assi se faz em outras partes que se mudam e tiram e acrescentam letras (*Ibidem*: 127).

As palavras compostas (derivadas por prefixação) ou, na terminologia oliveiriana, as “dições juntas” são aquelas palavras

cujas partes apartadas sinificam ou podem sinificar; e são dições por si ou partes doutras dições em que primeiro serviram e donde têm seu primeiro e proprio

nascimento, ao contrairo das apartadas. Ou as dições juntas são aquellas em que se ajuntam diversas dições ou suas partes, fazendo hũa só dição, como *contra-fazer*, *refazer*, *desfazer*, nas quaes dições se ajuntam diversas outras dições em cada hũa dellas (*Ibidem*: 125).

Neste delimitado *corpus*, Oliveira utiliza três palavras com outros tantos prefixos, “contra”, “re” e “des”, que, apesar de “apartadas não dizem cousa alghũa”, mas, na sua perspectiva, basta que “hũa qualquer das partes da composição possa sinificar como aqui sinifica *fazer*” (*Ibidem*: 124). Oliveira acrescenta a estes prefixos os seguintes: “es”, em “estorvar”, “esguardar” e “espedaçar”; “em”, em “encarregar”, “empedir” e “encolher”; “a”, em “acorrer”, “aparecer” e “aconselhar”; podendo ainda haver dois prefixos concomitantemente, como em “desempedir” e “desencolher”.

A prefixação provoca algumas vezes uma alteração semântica do vocábulo simples inicial: “As dições juntas às vezes guardam a mesma sinificação que tinham as suas apartadas, e às vezes tomam outra quasi semelhante, e outras vezes muito diferente” (*Ibidem*: 127), como “torvar” e “estorvar”, que mantêm o mesmo valor semântico; “guardar” e “resguardar”, “chegar” e “achegar”, significam, segundo Oliveira, quase o mesmo; “pedir” e “empedir”, “podar” e “apodar” têm um significado muito diferente; e “fazer” e “desfazer”, “andar” e “desandar” são semanticamente contrários. Como se vê pelos exemplos apresentados,

o critério finalmente alcançado por Oliveira é, portanto, a ‘analysabilidade’ segmental da significação lexical, isto é, a possibilidade de se atribuir significação lexical aos segmentos de uma forma, que podem por isso ser considerados como componentes da significação lexical da forma inteira (Coseriu 2000: 49).

No quinto critério, Oliveira opõe as palavras “primeiras” (primitivas) às “tiradas” (derivadas). As “primeiras” são aquelas “cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquelle que as primeiras pôs, como *roupa*, *manta*, *esteira*, *cadeira* e *matula*” (Oliveira 2000: 133). As “dições tiradas, a que os latinos chamam dirivadas, são cujo nascimentos vêm doutras alghũas dições donde estas dão tiradas, como *tinteiro*, *velhiçe*, *honrrada*” (*Ibidem*).

Oliveira especifica o valor semântico de alguns sufixos. Com efeito, por exemplo, o sufixo *-eiro* indica o nome “d’alghuns officios mecanicos (...), como *pedreiro*, *carpenteiro*, *sapateiro*” (*Ibidem*: 139), mas nem todos os officios são especificados desta maneira, pois “alghuns não seguem a regra que demos como *ferrador*, *boticairo*, *surrador* e outros” (*Ibidem*: 139); O sufixo *-ria* significa majoritariamente as “oficinas ou lugares desses officios (...), como orivesaria, sapataria, carpentaria” (*Ibidem*); o sufixo *-ão* pode, para Oliveira, ter dois valores distintos: indicar os “nomes verbais femeninos (...), como *lição*, *oração*” (*Ibidem*: 140) e os “aumentativos” (*Ibidem*). Estes últimos, porém, também podem ser construídos com o sufixo *-az* (*Ibidem*); o

sufixo *-or*, por seu turno, indica, para Oliveira, os nomes verbais “masculinos”, como “*regedor, governador*”; o sufixo *-inho* e *-inha*, masculino e feminino, respectivamente, indica os nomes “demenutivos (...), como *moçinho, moçinha*”; o sufixo *-mente* pode formar os advérbios que “sinificam qualidade”, como “*compridamente, abastadamente, chammente*” (Cfr. *Ibidem*). Oliveira também admite a derivação regressiva ao referir, por exemplo, que o substantivo “*honrra*” deriva do verbo “*honrrar*” (*Ibidem*).

No capítulo XLIX reconhece também a derivação imprópria, ainda que não use nenhuma nomenclatura específica, expondo que certas palavras podem mudar de classe gramatical, sem alterar a sua forma, como os verbos, por exemplo, que podem ser usados como nomes, apresentando, entre outras, a seguinte frase a corroborar a sua asserção: “*ler faz bem aos homens*” (*Ibidem*: 153), em que o verbo “*ler*” desempenha a função de um substantivo, estando no caso prepositivo (nominativo).

Quanto ao terceiro critério, Oliveira apresenta a seguinte classificação de palavras: velhas (arcaísmos), novas (neologismos) ou usadas (correntes). Os arcaísmos ou “dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas” (*Ibidem*: 128), exemplificando com os nomes próprios “Egas”, “Sancho” e “Dinis”, os nomes comuns “ruão” (cidadão), “capa-pelle” (uma certa vestidura) e “nemichalda”, os verbos “compengar” (comer pão), os advérbios “carão” (junto a / a par de), “samicas” (por ventura), “abém”, “ajuso”, “acajuso”, “assuso”, “hogano” e “algorrém”.

Os neologismos ou “dições novas são aquellas que novamente ou de todo fingimos ou em parte achamos” (*Ibidem*: 129). Oliveira aceita a criação de vocábulos novos se houver, por exemplo, uma nova realidade que seja necessário nomear, mas refere também que há necessidade de se ser prudente em tal caso, para não cair no escárnio dos outros (Cfr. *Ibidem*: 130).

As palavras correntes da língua ou “dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quaes são proprias do nosso tempo e terra” (*Ibidem*: 131). Oliveira especifica que umas são do conhecimento geral, isto é, de todos os falantes, e outras são particulares. Destas últimas ainda se podem distinguir duas variantes, diastráticas e diatópicas.

Nas primeiras podemos entender as gírias profissionais, pois, como afirma Oliveira,

esta particularidade (...) se faz antre officios e tratos, como os cavaleiros que têm huns vocabolos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros (*Ibidem*).

Quanto às variantes diatópicas, Oliveira refere que os habitantes

da Beira têm hũas falas e os d’Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’antre Douro e Minho (*Ibidem*).

A quarta sistematização aparta os nomes “próprios” (não metafóricos) dos “mudados” (metafóricos). Aqui nome próprio não se opõe a nome comum, como o faz noutra lugar, mas as palavras que são usadas em sentido corrente ou comum. Com efeito, para Oliveira, às

dições próprias chamamos aquellas que servem na sua primeira e principal significação, como *livro*, que desde o seu principio e principal intento sempre quis e agora quer dizer este de papel escrito porque (*sic*) *lemos*. E assi, *homem e mulher, terra, pedra* e muitos infindos outros das dições próprias (*Ibidem*: 132).

As palavras metafóricas ou

dições mudadas, a que os latinos chamam trasladadas, são as que por necessidade ou melhoria de sinificação ou voz estão fora de seu proprio significado; e ou estão em lugar doutra dição que não era tão boa como nós queriamos para nosso intento, ou estão onde não havia dição propria (*Ibidem*).

Ainda nos capítulos dedicados à morfologia / lexicologia, Oliveira refere que umas palavras variam e outras não (Cfr. *Ibidem*: 135). As palavras declináveis podem variar em género, número, pessoa, caso, tempo e modo.

Com efeito, Oliveira apresenta quatro géneros para a língua portuguesa: masculino (“*moço*”), feminino (“*moça*”), comum (“*maior, menor, melhor e pior*”) e indeterminado (“*isto, isso e aquillo*”; “*alguém, ninguém e quem*”), e dois para o número: singular (“*moça*”) e plural, (“*moças*”) aplicáveis ao nome (Cfr. *Ibidem*: 143-145), ainda que haja palavras que não tenham plural, “como *prol, retrós; isto, isso, aquilo; quem, alguém, ninguém*” (*Ibidem*: 148), e outras careçam de singular, como “*dous, três, seis, ambos e ambas*” (*Ibidem*: 149).

Quanto aos casos, Oliveira, diferentemente do Latim, admite haver quatro em Português e propõe uma nova designação: “Prepositivo”, a que os latinos chamaram nominativo; “Possessivo”, que corresponde ao genitivo das línguas clássicas; “Dativo”; e “Pospositivo”, que é o acusativo da Latim (Cfr. *Ibidem*: 141). Contudo, para Oliveira, estes estão marcados fundamentalmente pelos “artigos” (preposições), ainda que admita a existência de restos de casos nos pronomes pessoais: “E contudo nós também temos casos em três pronomes, os quaes são *eu, me, mi, tu, te, ti, se, si*” (*Ibidem*: 150).

Relativamente à “declinação” dos verbos, Oliveira admite que estes variam em “generos, conjugações, modos, tempos, numeros e pessoas” (*Ibidem*). Parece haver uma ligeira confusão, já que Oliveira admite o género (comum? ou indeterminado?) na primeira pessoa do singular do presente do indicativo das formas terminadas em *-o* (Cfr. *Ibidem*: 150). As conjugações são três na língua portuguesa, “o qual infinitivo ou acaba em *ar*, como *amar*, ou em *er*, como *fazer*, ou em *ir*, como *dormir*” (*Ibidem*: 151), admitindo, desde logo, que o verbo “*pôr*” é da segunda conjugação.

Para Oliveira, os modos são quatro (“*falamos, falemos, falae e falar*”), os tempos também são quatro (“*falo, falava, falei e falarei*”), os números, dois (“*falo e falamos*”), as pessoas, três (“*falo e falamos, falas e falaes, fala e falam*”), ainda que os não tenha especificado, ou melhor, atribuído qualquer denominação (Cfr. *Ibidem*: 151-152). Interessante é Oliveira não ter classificado o futuro do pretérito (nomenclatura gramatical brasileira) ou o condicional (nomenclatura gramatical portuguesa) entre os tempos nem entre os modos verbais.

Ainda na categoria dos verbos, inclui os “verbos gerúndios, como *sendo, amando, fazendo*; e participios, como *lido, amado* (...); e nomes verbaes, como *lição e regedor*” (*Ibidem*: 152).

3. Conclusão

A *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira (Lisboa 1536), para além de ser a primeira gramática do Português e uma das primeiras gramáticas de línguas romances em toda a Europa, é um marco na historiografia linguística portuguesa, com análises minuciosas e rigorosas do Português do século XVI, demonstrando conceitos pré-teoréticos, muitos deles, ainda hoje válidos e aceites pelos linguistas.

Em síntese, apresenta os seguintes pontos de interesse para a linguística portuguesa contemporânea: tratamento — ainda que casuístico e pouco sistemático — das oito partes do discurso, com destaque especial para o artigo — como marca do caso —, o nome e o verbo; constatação da existência de quatro casos na língua lusa — nominativo (prepositivo), genitivo (possessivo), dativo e acusativo (pospositivo) —; inovações terminológicas, fundamentalmente no referente à designação dos casos e às teorias de composição e de derivação; e, sobretudo, a descrição fonética pormenorizada do Português do século XVI, a delineação da norma linguística e a percepção da existência de variantes diastráticas e diatópicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSUNÇÃO, Carlos (1997): “Ponto de situação da gramática no nascimento da primeira gramática da lusofonia: *A Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira”. In: *Anais da UTAD: Revista de Letras*, nº 1. Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- AZUAGA, Luísa (1996): “Morfologia”. In: *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- BARBOSA, Jorge Morais (1983): *Études de Phonologie Portugaise*. Évora: Universidade de Évora, Divisão de Línguas e Literatura.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1971): “Introdução”. In: *Gramática da Língua Portuguesa, Cartilha, Gramática, Diálogo em Louvor a nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1975): "Introdução". In: *A Gramática da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- BUESCU, Maria Carvalhão (1983): *Babel ou a Ruptura do Signo: A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Coleção "Temas Portugueses".
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de (1984): *Teoria da Linguagem, Natureza do Fenómeno Linguístico e a Análise das Línguas*. 2.º vol.. Coimbra: Coimbra Editora.
- COSERIU, Eugenio (2000): "Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira". In: *Gramática da Linguagem Portuguesa, Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa: 29-60.
- CUNHA, Celso, e Cintra, Lindley (1987): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- DEUSDADO, Manuel António Ferreira (1995): *Educadores Portugueses* (fixação do texto, prefácio, notas e aditamentos de Pinharanda Gomes). Porto: Lello & Irmão, Col. "Clássicos da Cultura Portuguesa", Série "História e Documentos".
- FÁVERO, Leonor Lopes (1996): *As concepções lingüísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: UNICAMP.
- FERNANDES, Gonçalo (2002): *Amaro de Roboredo, um Pioneiro nos Estudos Linguísticos e na Didáctica das Línguas*, Tese de Doutoramento. Vila Real: Edição do Autor, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- KDEMMLER, Rolf (1996): *Esboço para a História da Ortografia Portuguesa. O texto metaortográfico e a periodização da ortografia do século XVI até aos prelúdios da primeira reforma ortográfica de 1911*. Dissertação de Mestrado. Tübingen: Universidade de Tübingen.
- MATEUS, Maria Helena Mira (1996): "Fonologia". In: *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- OLIVEIRA, Fernão de (2000): *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- PASSOS, Teresa Ferrer (1994): *Fernão de Oliveira: 1º Gramático da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Gazeta de Poesia, Coleção "Labirinto".
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de (1959): *Dispersos Originais Portugueses*, Vol. II. Lisboa: Edição da "Revista de Portugal — Série A — Língua Portuguesa".
- VASCONCELOS, José Leite de (1929): *Opúsculos: A Filologia Portuguesa*. Vol. IV. Coimbra: Imprensa da Universidade.